Novas modalidades do Pix serão lançadas em agosto

4-6 minutos

O Pix Saque e o Pix Troco entrarão em vigor em agosto deste ano, de acordo com a programação estabelecida pelo Banco Central (BC). Ontem, a autoridade monetária deu o primeiro passo para a implantação de ambas as funcionalidades, colocando em consulta pública a sua proposta para as ferramentas. A consulta ficará disponível no site do BC até 9 de junho.

Ambas as funcionalidades possibilitarão a retirada de recursos em espécie. O Pix Saque, como diz o nome, será uma transação exclusiva para saque. Já o Pix Troco estará associado a compra ou prestação de serviço.

A ideia é tanto ampliar a capilaridade dos pontos de saques para o usuário final quanto diminuir a "assimetria competitiva" entre grandes e pequenas instituições financeiras e de pagamento, segundo o chefe do Departamento de Competição e Estrutura do Mercado Financeiro da autoridade monetária, Ângelo Duarte.

As funcionalidades estarão disponíveis no chamado "agente de saque": estabelecimentos comerciais, empresas, instituições especializadas na oferta de saques (como redes de caixas eletrônicos) e instituições financeiras em geral. No caso específico do Pix Saque, se uma instituição financeira oferecer o serviços em sua própria rede de caixas eletrônicos, usuários que não são clientes poderão também sacar recursos ali.

Na prática, o agente precisará apenas firmar um contrato com um participante do Pix, que pode ser uma instituição financeira ou de pagamento.

"Normalmente o estabelecimento já tem esse contrato", disse o chefe adjunto do Departamento de Competição e Estrutura do mercado financeiro do BC, Carlos Eduardo Brandt.

Na prática, o usuário fará a mesma coisa que já faz ao realizar um Pix: a leitura de um QR Code, autenticando o pagamento e comandando a transferência. Todas as pessoas que tiverem conta em uma das instituições participantes do Pix poderão usar os serviços.

Mas a consulta pública não obriga que o agente tenha valores para saque ou troco via Pix. Caberá a ele escolher se deseja ou não oferecer as funcionalidades. Não há, por exemplo, nenhum tipo de punição prevista. Também não haverá restrições em relação ao tamanho do porte das empresas que poderão ofertar esses serviços.

Pela proposta, os usuários terão quatro saques gratuitos por mês, seja por meio do Pix Saque ou do Pix Troco. A partir da quinta transação, as instituições financeiras ou de pagamentos detentoras da conta do sacador poderão cobrar uma tarifa. Os agentes de saque não poderão, entretanto, cobrar diretamente dos sacadores.

O limite diário foi estabelecido a princípio em R\$ 500. Mas o agente de saque poderá, dentro desse intervalo, definir os próprios valores mínimo e máximo. Também poderá definir o dia e o horário em que o serviço estará disponível, se ofertará o Pix Saque, o Pix Troco ou os dois e se os montantes serão trocados ou com um número redondo (múltiplos de R\$ 20, por exemplo).

De acordo com Duarte, do BC, a implantação das ferramentas não é um incentivo ao uso do dinheiro físico. Isso porque, com o aumento dos pontos de saque, as pessoas tendem a andar com menos dinheiro em espécie, "já que podem sacar a qualquer momento", diz.

Embora não seja esse o objetivo, o Pix Saque e o Pix Troco podem

também fortalecer a presença do Pix no varejo. Segundo Duarte, o BC esperava, como vem acontecendo, que o uso do Pix no setor "se desse numa velocidade mais lenta" do que no caso das pessoas físicas. Isso porque a adoção do sistema por empresas exige uma estrutura maior. Mas nas últimas semanas as transações no varejo têm crescido "a taxas mais elevadas" do que para pessoas físicas.

Ele ainda destacou que as transações totais do Pix chegaram a 478 milhões em abril, mantendo o ritmo acentuado de crescimento. Em março, elas somavam 394 milhões. "Essas transações não estão se concentrando em poucas pessoas ou poucas empresas, há uma capilaridade", afirmou.